

AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO _____ UF

Ref. Autos nº: _____

NOME, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, requerer a

REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA

amparado nos fatos e fundamentos abaixo declinados.

I - SÍNTESE DA DEMANDA

Em DATA, ofendida NOME registrou a ocorrência policial nº ____ (CITAR FOLHA, Autos nº _____), na qual levou ao conhecimento da autoridade policial notícia da suposta prática dos delitos de ameaça e lesão corporal.

O fato motivou a instauração de inquérito policial e a decretação de medidas protetivas de urgência na DATA, consistentes na proibição de contato com a vítima, por qualquer meio de comunicação; proibição de aproximação da vítima, familiares e testemunhas, restando fixado o limite mínimo de 300 (trezentos) metros de distância; e proibição de frequentar ESCOLA TAL, situado no ENDEREÇO (CITAR FOLHA, Autos nº _____).

Em que pese o deferimento das cautelares acima mencionadas, na data de DIA/MES/ANO, a ofendida registrou nova ocorrência policial, então noticiando o suposto descumprimento das medidas protetivas de urgência anteriormente deferidas (CITAR

FOLHA, Autos nº ____). Aduziu, para tanto, que o ofensor estaria lhe enviando mensagens via whatsapp e instagram, bem como estaria se dirigindo à sua residência e a seguindo em via pública.

Em razão dos mencionados relatos, esse Juízo decretou a prisão preventiva do ofensor em DIA/MES/ANO (CITAR FOLHA, Autos nº ____).

Assim, o acusado encontra-se preso desde o início do MES, ou seja, **há mais de dois meses**.

II - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA

Inicialmente, é necessário ressaltar que o ofensor – **primário** – se encontra preso, há mais de dois meses, pela suposta prática da conduta prevista no art. 24-A da Lei nº 11.340/06, o qual dispõe:

“Descumprir decisão judicial que deferiu medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

Pena – detenção, de **3 (três) meses a 2 (dois) anos**. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)”.

Com efeito, a referida norma determina, como sanção, a detenção mínima de 03 meses pelo descumprimento das medidas protetivas anteriormente deferidas em desfavor do ofensor.

Dessa forma, no caso dos autos, caso viesse a ser condenado pelo referido delito, acerca do qual sequer fora denunciado, o acusado já teria cumprido **mais de 2/3** de sua possível reprimenda, o que não se mostra proporcional em sede de prisão cautelar.

Mas não é só. Na hipótese em exame, não houve denúncia em razão de nenhum dos fatos noticiados pela ofendida. Não bastasse, **ainda que houvesse acusação formal e eventual condenação, a pena a ser aplicada aos delitos, não seria suficiente para ensejar o regime fechado.**

Nesse ponto, impende ressaltar que, é certo que o direito processual penal já há muito tempo teve sua autonomia reconhecida em relação ao direito material penal. No entanto, não se pode esquecer que o processo não é um fim em si mesmo.

Tratando-se a prisão cautelar de uma das medidas à disposição do Estado para assegurar a aplicação da lei penal, é certo que tal medida **é de extrema exceção e só se justifica em casos excepcionais, onde a segregação preventiva seja indispensável. Deve, pois, ser evitada, uma vez que se trata de uma punição antecipada.** Neste sentido, eis a jurisprudência do TJDF:

“RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. INDEFERIMENTO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. PROIBIÇÃO DE EXCESSO. SUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. A prisão preventiva, à luz do artigo 311 e seguintes do Código de Processo Penal, é medida excepcional, não podendo ser manejada sem o prévio cotejo do caso e

das circunstâncias fáticas com a possibilidade de incidência de medidas cautelares diversas da prisão.

2. O encarceramento preventivo tem que vir pautado em fatos concretos ou em riscos reais e iminentes de que a liberdade do apontado agressor seja capaz de impeli-lo a persistir em sua senda delitiva em desfavor da vítima. No caso, sob a influência do princípio da proporcionalidade em sua proibição de excesso, se o contexto em que se inseriram os fatos aqui discutidos não induz convicção no sentido de que a prisão cautelar seja a única medida para refrear o comportamento do recorrido, não se concebe o seu decreto, revelando-se suficientes outras medidas cautelares no propósito de garantir a segurança e integridade da vítima.

3. Recurso conhecido e não provido”.

(Acórdão n.1157161, 20180610042538RSE, Relator: J.J. COSTA CARVALHO 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 28/02/2019, Publicado no DJE: 20/03/2019. Pág.: 157/166) (ênfase acrescida).

Ressalte-se, ainda, a imprescindibilidade da aplicação do princípio constitucional de que ninguém será considerado culpado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória (CF. art. 5º, LVII).

Com efeito, **a prisão do acusado representa infringência a tal norma constitucional, constituindo-se sua segregação em um irreparável prejuízo à sua pessoa, pelos gravames que uma prisão cautelar traz.**

Além disso, *in casu*, não houve qualquer demonstração de risco iminente que justificasse uma prisão preventiva de **mais de sessenta dias**, sendo certo que o período em que o ofensor, **primário e de bons antecedentes**, permaneceu cautelarmente segregado, já bastou para que refletisse acerca das graves consequências advindas do descumprimento das medidas protetivas de urgência, bem como da seriedade dos institutos estatais disponíveis para a proteção da mulher.

Nesse sentido, a jurisprudência do TJDFT:

“HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. IMPORTUNAÇÃO DA TRANQUILIDADE DA VÍTIMA. FATO OCORRIDO HÁ MAIS DE SEIS MESES. PACIENTE PRESO HÁ MAIS DE 10 (DEZ) DIAS. PECULIARIEDADE DA SITUAÇÃO EM EXAME. MEDIDA QUE JÁ CUMPRIU SUA FUNÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.

1. A prisão preventiva do paciente foi decretada em 2.3.2018 em virtude do descumprimento de medida protetiva de urgência decretada em seu desfavor, qual seja, proibição de contato e de aproximação com a vítima ocorrido em novembro de 2017.

2. O descumprimento das medidas protetivas por parte do paciente é evidente e notório. Desse modo, a prisão preventiva

se justifica como forma de garantir a integridade física e psicológica da vítima.

3. O descumprimento da medida protetiva ocorreu há mais de quatro meses, sem que o paciente tenha voltado a importunar a vítima. **Desse modo, entendo que o tempo de prisão do paciente em virtude da preventiva decretada, mais de 10 (dez) dias já foi o suficiente para ele entender a seriedade das medidas protetivas e os efeitos de seu descumprimento.**

4. Destaca-se que a aproximação do paciente da vítima, por meio de contato com o seu empregador, embora proibida, não se deu de forma violenta ou ameaçadora, conforme informação constante dos autos, de modo que sua conduta poderia configurar a contravenção penal de perturbação da tranquilidade (artigo 65 da Lei das Contravenções Penais), cuja pena é de até 2 (meses) de prisão simples. Desse modo, considerando a situação específica dos autos, entendo que o tempo em que o acusado está preso preventivamente já cumpriu o papel de inibi-lo no descumprimento das medidas protetivas já deferidas, o que impõe a sua colocação em liberdade.

5. Ordem concedida”.

(Acórdão n.1084634, 07029183720188070000, Relator: MARIA IVATÔNIA 2ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 23/03/2018, Publicado no PJe: 28/03/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.) (ênfase acrescida).

Ainda nesse viés, mostra-se imperioso trazer aos autos alguns trechos do voto do ilustre Ministro Nefi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do HC nº 509.030/RJ (2019/0128782-2), que esclarece brilhantemente a natureza e as hipóteses em que a prisão preventiva se mostra realmente medida indispensável, *in verbis*:

“A prisão definitiva se dá pela admissão da culpa penal. Antes, a prisão era excepcional no sistema acusatório buscado pela Constituição Brasileira e marcado em estados democráticos. Não se prende durante o processo porque aparente a culpa, prende-se provisoriamente por riscos ao processo ou à sociedade, taxativamente elencados em lei. (...) Assim, **na prisão provisória é preciso compreender a função cautelar de garantia processual (e não de antecipação de pena, da culpa...) a riscos legais atuais.**

(...) **É a contemporaneidade requisito necessário a toda medida cautelar, em processo de qualquer natureza. Não se garante o processo com gravames atuais ante riscos esmaecidos pelo tempo; não se prende (a mais gravosa dentre quaisquer cautelares) hoje porque grave foi o risco antigo. (...)** Manter solto durante o processo não é impunidade, como socialmente pode parecer, é sim **garantia, somente afastada por comprovados riscos legais.**

(...) **Assim, somente sendo comprovados os legais riscos atuais, deverá dar-se o processamento com o**

acusado preso. Prisão final é resposta ao crime, prisão cautelar é resposta a riscos ao processo.

Nessa condição, sem idônea fundamentação dos riscos legais e claramente afastada a contemporaneidade, é de ser reconhecida a ilegalidade da decisão atacada". (ênfase acrescida)

Dessa forma, diante do tempo suficiente cumprido pelo acusado em prisão preventiva e ante a ausência de riscos que justifiquem a manutenção dessa medida, há de ser concedido a ele o direito de responder em liberdade, revogando-se a prisão preventiva, inclusive, com a possibilidade de se impor outra medida cautelar diversa da prisão, **a exemplo da monitoração eletrônica.**

III - PEDIDO

Ante o exposto, postula a Defensoria Pública:

- a) a revogação da prisão preventiva, permitindo-se ao acusado o direito de permanecer em liberdade enquanto se tramita o inquérito policial; e
- b) subsidiariamente, que seja concedida a liberdade provisória do acusado com o uso de monitoração eletrônica.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

DEFENSOR PÚBLICO